

Fernando Bezerra aponta desafios ao Plano Real

Retomada do desenvolvimento é prioridade para economia em 1996, afirma senador, ao advertir que juros altos e âncora cambial dificultaram vida das empresas

Comissão vota Código de Trânsito dia 8

A Comissão Especial do Senado que analisa o projeto de Código de Trânsito Brasileiro fixou a data de 8 de fevereiro para votação do parecer a ser apresentado pelo relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). Depois, o projeto será encaminhado à apreciação do plenário da Casa.

Conforme o calendário de atividades definido ontem pela comissão, que teve o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) na presidência dos trabalhos, Miranda deverá apresentar o seu parecer dia 18 de janeiro. Foram marcadas reuniões para os dias 23, 25 e 30 de janeiro, além de 1º de fevereiro, destinadas à discussão do texto do relator e à apresentação de destaques para votação de itens em separado.



Senadores definem calendário de votação do Código de Trânsito

Bancada do Nordeste vai propor nova política econômica para a região

Preocupados com os dados de recente pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, que indicam uma tendência de reconcentração industrial nos estados do Sul e Sudeste, senadores da bancada nordestina decidiram elaborar um documento propondo ao governo federal uma nova política econômica para o Nordeste.

Em reunião realizada ontem, ficou acertado que o documento será entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso antes de sua viagem à Índia, marcada para o dia 22. O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), um dos coordenadores da iniciativa, informou que na quarta-fei-

ra (dia 17) haverá uma nova reunião para se definir o texto final do documento.

Conforme explicou o senador José Agripino (PFL-RN), a proposta será consensual e estruturada em cinco itens: 1 - descentralização industrial em direção ao Nordeste; 2 - criação de uma corporação financeira de investimentos; 3 - revisão do modelo atual de gestão de investimentos; 4 - dotar o Nordeste de uma infra-estrutura capaz de atrair investimentos nacionais e/ou internacionais; e, 5 - execução de uma ação efetiva nas áreas da educação, ciências e tecnologia para aumentar a competitividade da região.

Ao fazer ontem um balanço dos 18 meses do Plano Real, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) alertou para os elevados custos impostos ao setor produtivo pela política de estabilização, e advertiu que a retomada do desenvolvimento se impõe como prioridade na agenda econômica de 1996. Para o senador, que também é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os juros elevados e a âncora cambial são mecanismos de validade transitória, que, no entanto, impuseram enormes dificuldades às empresas, além de reduzir o nível de emprego".

Fernando Bezerra afirmou que as reformas administrativa, tributária e da Previdência são requisitos para a consolidação da estabilidade da moeda. São elas que permitirão avançar no ajuste das contas públicas, para garantir investimentos em infra-estrutura e oferta de crédito para a geração de empregos em setores intensivos de mão-de-obra, como construção civil e pequenas e médias empresas. Segundo Bezerra, a maior falha foi a falta de rigor na política fiscal. Além disso, o país deve garantir a competitividade externa do setor produtivo, reduzindo os custos portuários e de produção.

Em apertes, Ney Suassuna (PMDB-PB) e Geraldo Melo (PSDB-RN) defenderam a redução das taxas de juros.



Bezerra

Valmir espera votação rápida da reforma tributária

Com o argumento de que "o Brasil exige a consolidação da estabilidade econômica, espera por novos investimentos e necessita dispor de um serviço público eficiente", o senador Valmir Campelo defende a rápida tramitação da proposta de reforma tributária. **Página 3**

Simon cobra resposta a denúncias de corrupção

Senador enaltece "credibilidade do presidente", mas considera um erro a extinção de comissão que verificava denúncias de irregularidades na administração pública

Senador pede solução para dívidas públicas



Ronaldo

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) manifestou ontem sua preocupação com a sobrevivência dos estados e

municípios que se encontram em desequilíbrio financeiro. Ele considera essencial que se encontre uma saída para "restabelecer a governabilidade e a integridade da federação".

O senador lembrou o fato de a União ter incentivado a tomada de empréstimos externos pelas unidades da Federação, durante a crise do petróleo, a fim de carrear para si dólares americanos, que eram repassados em cruzeiros para estados e municípios.

Acrescentou que, com a adoção do Regime Jurídico Único, os estados e municípios assumiram responsabilidades previdenciárias sem ter condições para isso.

As denúncias de que há corrupção no governo, feitas pelo ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes, precisam ser respondidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Simon garantiu que o presidente tem "credibilidade total", mas considerou um erro a extinção da Comissão Especial de Investigação, que verificava denúncias de corrupção no âmbito da administração.

O senador também afirmou

que "não fica bem para um governo digno e honesto" o noticiário que aventa a possibilidade de mudanças na avaliação do Tribunal de Contas da União sobre o Projeto Sivam e, em consequência, da posição dos senadores das comissões que analisam o projeto.

Por sua vez, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a honra do presidente da República e garantiu que as lideranças governistas em nenhum momento foram instruídas a emba-

raçar a análise do projeto.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, condenou suposta tentativa da companhia Raytheon no sentido de garantir um parecer favorável ao contrato do Sivam, como notícia a imprensa.

Também apartando, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) garantiu que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que preside os trabalhos das comissões, "sempre separou o Sivam do Banco Econômico".

Suplicy quer comparar gasto social com verba dada a bancos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimentos à Mesa solicitando que o governo explique quanto investiu na área social e quais foram os gastos públicos para salvar bancos em crise. Segundo o senador, a primeira estimativa do Banco Central aponta que R\$ 4,2 bilhões teriam sido liberados pelo Proer ao setor bancário. Suplicy disse que essa cifra corresponde a 27% da base monetária e a 5% da dívida mobiliária federal.

- Quanto será que em todo o



Eduardo Suplicy

ano de 1995 o governo injetou de recursos públicos para resolver a miséria no país? - indagou o líder do PT, sustentando que o governo não tem dado a devida atenção ao combate à miséria e à redução do nível de desem-

prego.

Com o objetivo de comparar os investimentos nos dois setores, o senador encaminhou um requerimento ao chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, coordenador do Programa Comunidade Solidária, e outro ao ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Valadares recorre para ouvir Grazziano

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem requerimento em plenário solicitando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) defina se as comissões que analisam o caso Sivam devem ouvir o ex-presidente do Inbra Francisco Grazziano.

Os requerimentos de convocação de Grazziano e de outras pessoas foram considerados prejudicados pelo presidente das comissões, senador Antonio Carlos Magalhães. Inconformado, Valadares pediu que o caso seja examinado pela CCJ.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado.

Previsão dos trabalhos para a semana

COMISSÕES

Terça-Feira (16.01.96)

10h - Reunião das comissões do caso Sivam. Pauta: Depoimento de Hector Luis Saint Pierre, professor de filosofia da Unesp (SP). Local: Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

11h30 - Reunião das comissões do caso Sivam. Pauta: Depoimento do coronel Aldo Vieira da Rosa, fundador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e ex-presidente do CNPq. Local: Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Reunião das comissões do caso Sivam. Pauta: Depoimento do brigadeiro Ivan Frota, iniciador do projeto Sivam. Local: Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-Feira (17.01.96)

10h - Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Pauta: a ser definida. Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-Feira (18.01.96)

10h - Comissão Especial do Senado que analisa o projeto de Código de Trânsito Brasileiro. Pauta: Apresentação do parecer do senador Gilberto Miranda. Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Educação. Pauta: Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Local: Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

Reforma tributária reduz incertezas, garante Valmir

Consolidação da estabilidade econômica, novos investimentos e eficiência no serviço público são resultados esperados pelo senador

Uma rápida tramitação da proposta de reforma tributária foi defendida ontem pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF), com o argumento de que "o Brasil exige a consolidação da estabilidade econômica, espera por novos investimentos e necessita dispor de um serviço público eficiente e capaz de melhorar o padrão de vida do povo".

Esta matéria, do ponto de vis-

ta funcional, é sem dúvida a mais importante dentre as que propõem as reformas constitucionais, porque irá viabilizar o funcionamento do Estado e ainda permitir uma maior possibilidade de integração entre os povos da América Latina - acrescentou.

Valmir Campelo observou que, com a reforma tributária, o governo irá arrecadar os recursos ne-

cessários para honrar os compromissos da administração, pagar em dia o funcionalismo público e dar prosseguimento às obras de cunho essencialmente social.

Segundo o senador, "a possibilidade de extinção do IPI e sua substituição por uma alíquota federal incidente sobre a mesma base do ICMS estadual criam uma expectativa positiva entre os países integrantes do Mercosul".



Romero Jucá

Jucá denuncia demissão de 10 mil em RR

O governador de Roraima anunciou a demissão de 10 mil servidores públicos contratados nos últimos anos através de cooperativas, provocando uma verdadeira calamidade num estado pobre, denunciou ontem o senador Romero Jucá (PFL-RR). "Quem paga quase toda a folha de salários de Roraima é a União e o estado gasta com servidores apenas 30% da sua arrecadação, o que elimina o argumento de demissão por economia", afirmou.

Romero Jucá dirigiu apelo ao Ministério do Trabalho e à Justiça do Trabalho para que os demitidos tenham seus direitos garantidos, e lamentou que os governadores estejam ajustando sua máquina administrativa por meio da demissão de funcionários de baixos salários.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse, em aparte, que o governo federal e as administrações dos estados resolveram culpar os funcionários públicos "por todas as suas dificuldades". Para ele, os governadores estão promovendo demissões de servidores porque não conseguem "tornar eficiente sua máquina arrecadadora corrupta".

Suassuna quer mudar cobrança da Previdência

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que entre os devedores do sistema previdenciário há um sentimento difuso de impunidade generalizada, "visto que as medidas coercitivas previstas na legislação são frágeis e inadequadas". O senador sugeriu a possibilidade de contratos de



Suassuna

gestão com o setor privado, para cobrança e execução dos débitos da Previdência.

Suassuna disse ter realizado um amplo estudo sobre o assunto e informou que, ao examinar grupos de créditos não recebidos, constatou ser grande a negligência em sua cobrança. Lembrou que só o INSS

espera receber R\$ 35 bilhões, dos quais R\$ 25 bilhões devidos pela iniciativa privada.

Conforme o senador, a inadiplência intencional incorporou-se à prática dos cidadãos, pois podem ser listadas dúzias de procedimentos que resultam em evasão das contribuições devidas. Ney Suassuna afirmou que há uma grande confusão e inadequação na legislação previdenciária, o que provoca continuada contestação judicial.

Jatene garante a Campos conclusão de hospitais

Mato Grosso deverá ser beneficiado com recursos da ordem de R\$ 40 milhões para compra de equipamentos hospitalares e conclusão de obras de hospitais em vários municípios. A informação foi dada ontem pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), após receber em seu gabinete a visita do ministro da Saúde, Adib Jatene.

Segundo o senador, a liberação dos recursos atende ao pleito de toda a bancada de Mato Grosso, já que a conclusão de hospitais é essencial para a população do estado.



Em seu gabinete, Júlio Campos recebe Adib Jatene (à direita)

denizações trabalhistas, o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, decidiu "desligar", e não demitir, mais de 10 mil servidores públicos não-estáveis.

Júlio Campos conclamou os

10 mil servidores "desligados" a contratarem advogados para que façam valer seus direitos às indenizações. Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) lamentou a utilização desse tipo de artifício.

SERVIDORES

Em discurso no plenário, Júlio Campos denunciou que, para evitar o pagamento de in-

Requião interpela Marinha sobre venda de terreno

Senador manifesta surpresa pelo fato de ministro da Fazenda não haver determinado inquérito para apuração de responsabilidades na concretização do negócio

Ademir aplaude os 50 anos de atuação do Senac

Os 50 anos de fundação do Senac foram destacados ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que, ao enaltecer a contribuição da instituição para a economia nacional, manifestou-se preocupado com a possibilidade de o governo acabar com o recolhimento compulsório do empresário que mantém aquele programa e também o Sesi, o Senai e o Sesc.

Para Ademir, o poder público tem a obrigação de fortalecer estas instituições, consolidando a formação de mão-de-obra especializada para suprir as deficiências do país no setor.

Subcomissão aprova recursos para Educação

A alocação de recursos adicionais para a erradicação do analfabetismo e para a educação especial, no montante de R\$ 30 milhões, é o que propõe o relatório aprovado na tarde de ontem pela subcomissão setorial do Congresso incumbida de examinar o projeto de lei orçamentária de 1996, no tocante à área de Educação.

A votação dos relatórios das subcomissões setoriais que tratam dos Poderes do Estado, Representação e Defesa, e da Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio está marcada para quarta-feira (dia 17).

Ao manifestar-se "surpreso" com o fato de o ministro da Fazenda não ter determinado a abertura de inquérito para apurar as responsabilidades dos funcionários do Serviço do Patrimônio da União (SPU) que teriam vendido "de forma irregular" um terreno no Porto de Paranaguá ao grupo Central Sul Serviços Marítimos, o senador Roberto



Requião

Requião (PMDB-PR) anunciou ontem que vai interpelar o ministro da Marinha, Mauro Rodrigues Pereira, sobre o mesmo assunto.

- Em seus esclarecimentos, o secretário do Patrimônio da União afirma que, consultada, a Capitania dos Portos informou que nada tinha a opor à venda do terreno. Como poderia a

Capitania não se opor à venda de um terreno de marinha que foi aterrado com dinheiro da União? - questionou.

Apesar de o secretário do Patrimônio ter informado ao ministro da Fazenda que sua assessoria vem examinando o assunto para cancelar o aforamento dado à Central Sul, Roberto Requião considerou que não interessa ao governo apurar esse e outros escândalos, como o do Sivam.

Marluce elogia decreto sobre terras indígenas

A reformulação dos critérios para a demarcação das terras indígenas, permitindo a revisão das áreas ainda não homologadas, foi considerada pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) uma decisão sábia e corajosa do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo a senadora, o Decreto nº 22, revogado, outorgava poderes quase ditatoriais à Funai e tais poderes, "nem sempre praticados com discernimento", levaram a intranquilidade para brancos e

índios que, antes, dividiam espaços harmoniosamente.

Para mostrar distorções que vinham ocorrendo na demarcação das terras indígenas, Marluce Pinto tomou como exemplo o estado de Roraima. Ali, segundo disse, 84,4% de todo o território são ocupados por mata amazônica; sendo, portanto, reserva ecológica. Sobram para a exploração agropecuária apenas



Marluce

3,6 milhões de hectares, dos quais quase 2,5 milhões se pretendia demarcar como terras indígenas. "A população não indígena ficaria com 1,1 milhão de hectares restantes", disse a senadora, apontando a "insensatez da Funai".

Marluce reafirmou seu respeito pelos índios e disse que, em Roraima, eles apóiam a tese de uma demarcação de terras não contínua.

Marina critica FHC e quer convocar Jobim

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem requerimento de convocação do ministro da Justiça, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos à Comissão Representativa do Congresso, ainda no período de convocação extraordinária, a respeito do decreto que alterou a legislação sobre demarcação



Marina

das terras indígenas, criando a figura do contraditório.

O requerimento foi apresentado pelos senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Jonas Pinheiro (PFL-MT), José Eduardo Dutra (PT-SE), Lauro Campos (PT-DF) e Marina Silva, além de dez deputados.

Marina Silva afirmou que,

caso não proceda à revisão do decreto, o presidente Fernando Henrique Cardoso entrará para a história do Brasil como um governante "retrogrado", que permite que as leis que protegem as terras indígenas sejam alteradas para beneficiar outros interesses.

Os senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), em apêndices, solidarizaram-se com Marina Silva.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.